

## INFRAESTRUTURA

### Prefeitura de Santa Maria vai investir R\$ 1,1 milhão na reforma de três praças

A prefeitura de Santa Maria autorizou o início das obras de revitalizações de três praças. O serviço ocorre nas praças Manoel Barcelos Braga (bairro Camobi), Ernesto Dornelles (Nossa Senhora Medianeira) e Alto da Boa Vista (Nova Santa Marta), com investimento total de R\$ 1.158 milhão.

Em ato diante de líderes comunitários dos bairros beneficiados e vereadores, o prefeito Rodrigo Decimo destacou os aspectos positivos das melhorias, com impactos na saúde e qualidade de vida da população, e a construção com diferentes agentes políticos, sem distinção partidária. “Neste momento aproveito para celebrar essa comunhão de esforços, porque quando os representantes do povo se unem para o bem da comunidade, acontece a diferença na vida das pessoas. Isso já aconteceu em outras oportunidades e seguirá acontecendo, uma vez que entendemos ser este o caminho para Santa Maria prosperar”, salientou o prefeito.

Antes da assinatura, o secretário de Urbanismo e Projetos, Guilherme Schneider, apresentou aos moradores os projetos de revitalizações das praças. Todos os locais devem receber pista de caminhada, mobiliários com bancos e lixeiras. Demais melhorias, de acordo com as características próprias, devem ser feitas a partir da captação de novos recursos. Confira mais detalhes abaixo.

“Estamos pensando em uma cidade para as pessoas, que atenda ao uso das pessoas, ao melhor uso nos bairros. E para isso é preciso trazer a comunidade para perto, incentivando o cuidado por parte da população”, disse o secretário.

A Praça Alto da Boa Vista vai receber o maior investimento - R\$ 585,5 mil. As melhorias incluem passeios públicos, pista de caminhada, escadarias e acessos, novo playground infantil com cercamento e piso emborrachado e conexão da praça com a ESF e parada de ônibus.

PREFEITURA DE SANTA MARIA/DIVULGAÇÃO/CIDADES



Locais devem receber novas pistas de caminhada, mobiliários com bancos e lixeiras

📍 **SAPUCAIA DO SUL** - Em reunião com representantes do movimento “Salve o Horto”, a prefeitura de Sapucaia do Sul anunciou que ingressará com uma ação civil pública contra o governo estadual e a Fundação Estadual de Proteção Ambiental (FEPAM), com pedido liminar para suspensão imediata dos serviços realizados na área do Horto Florestal. O prefeito Nestor Bernardes manifestou a indignação diante da situação e reafirmou que o município tem adotado todas as medidas cabíveis desde o início da supressão vegetal. “Não aceitamos essa situação. Estamos adotando mais uma medida concreta, buscando na Justiça a suspensão imediata das intervenções e a responsabilização dos envolvidos”, afirmou Nestor Bernardes.

## PESQUISA

# Estudo em NH quer mapear impacto do clima na vida de mulheres

DÉCIO MARQUES



Projeto de lei parte da premissa de que o público feminino tem sido afetado de maneira desigual pelos eventos extremos na região

A Câmara de Novo Hamburgo voltou a aprovar, por unanimidade, a criação de uma política municipal para o mapeamento e divulgação de dados sobre os impactos da crise climática na vida de meninas e mulheres. O projeto de lei, apresentado pela vereadora Professora Luciana Martins, parte da premissa de que o público feminino tem sido afetado de maneira desigual pelos eventos extremos registrados nos últimos anos.

“Observou-se que as mulheres estão na linha de frente das emergências: são elas que cuidam de crianças, idosos e pessoas adoecidas; que garantem alimentação e abrigo; e que muitas vezes perdem sua fonte de renda devido às enchentes, estiagens e outros desastres ambientais”, aponta a autora.

Segundo a parlamentar, é para dar luz a essas desigualdades e orientar a construção de políticas mais eficazes o projeto de lei estabelece a coleta e análise das informações. “Essas dimensões da crise climática ainda são pouco visíveis nos dados oficiais, o que

dificulta a formulação de diretrizes adequadas de proteção, saúde, assistência e habitação”, prossegue a vereadora. O levantamento deverá observar marcadores sociais como raça, etnia, faixa etária, território, identidade de gênero e orientação sexual.

Além disso, também serão investigadas informações como acesso à água potável, alimentação adequada, moradia segura e políticas públicas ambientais, sociais e econômicas; condições de saúde; responsabilidades de cuidado e trabalho doméstico assumidas por mulheres em contextos de crise climática; incidência de violência de gênero em situações de desastre, emergência ou escassez; participação feminina na agricultura urbana, reciclagem, trabalho informal e outras formas de geração de renda; e presença de mulheres em fóruns, conselhos e outros espaços de decisão sobre questões ambientais.

Os dados produzidos servirão de base para subsidiar políticas públicas de adaptação e resiliência climática com enfoque em gênero e

equidade social; orientar medidas preventivas e de resposta a emergências ambientais e humanitárias; e apoiar campanhas educativas e de conscientização sobre justiça climática e direitos das mulheres.

“As mulheres não são somente vítimas da crise climática, mas também protagonistas da reconstrução, da solidariedade comunitária, do cuidado e das soluções construídas coletivamente. Que afirmemos um compromisso com a justiça climática, com a equidade e com a construção de uma cidade mais preparada para enfrentar os desafios do presente e do futuro. Que esta Casa encontre tempo e energia para fiscalizar e ampliar a discussão sobre como iremos enfrentar o que temos pela frente”, declarou Luciana.

Aprovada com emenda, a matéria ainda terá sua redação final apreciada na segunda-feira (8), antes do envio para avaliação do Executivo. Caso sancionada pelo prefeito, a nova lei entrará em vigor 90 dias após sua data de publicação.

## INVESTIMENTOS

### Parque da Festa da Uva em Caxias do Sul pode ter teleférico

A Empresa Festa da Uva, Turismo e Empreendimentos S/A informa que os estudos preliminares realizados pela Connect Global Agência de Desenvolvimento apresentam parecer favorável à implantação de um sistema de transporte por cabo (teleférico) entre o Parque de Eventos e a Casa de Pedra. Os levantamentos realizados até o momento apresentam viabilidade técnica e econômica da proposta. Nesta etapa, os

trabalhos estão concentrados na avaliação de aspectos urbanísticos, territoriais, operacionais, tecnológicos e jurídicos.

Segundo o relatório, estão sendo avaliadas alternativas de traçado, inserção das estações, índices construtivos aplicáveis, compatibilidade de usos, potencial construtivo, integração com os equipamentos turísticos existentes e oportunidades de qualificação da experiência dos

visitantes.

Quanto à tecnologia, as análises contemplam dois modelos principais de transporte por cabo. O primeiro corresponde ao sistema conhecido como “vai e vem”, composto por duas cabines de maior capacidade operando em movimento alternado. O segundo contempla sistemas de cabines destacáveis, caracterizados pela circulação contínua de múltiplas cabines ao longo da linha.

Editora Jornalística Jarros Ltda.

Editor: João Dienstmann

Telefone: (51) 3213-1376

e-mail: redacao@jornalcidades.com.br

Informações e Anúncios

Telefone: (51) 3213-1395

e-mail: jornalcidades@jornalcidades.com.br

Rua Olavo Bilac, 435 - CEP 90040-310 - Porto Alegre - RS

As opiniões das colunas e artigos publicados pelo Jornal Cidades não correspondem, necessariamente, à linha do jornal, sendo responsabilidade dos autores.

IMPRESSÃO E DISTRIBUIÇÃO: Empresa Jornalística J. C. Jarros